

Os limites do poder

Por **Murillo de Aragão** - 26 de fevereiro de 2023



Quando Jânio Quadros pousou na Base Aérea de Guarulhos, esperava que seu gesto despertasse uma multidão de eleitores que, poucos meses antes, o haviam conduzido ao Palácio do Planalto. Não aconteceu nada. João Goulart esperou que as ruas e as manifestações lhe dessem poder sobre o Congresso, foi derrubado. Fernando Collor, pelo seu lado, acreditou na narrativa e no seu voluntarismo. Quando quis “comprar o painel”, era tarde. Sofreu impeachment.

Dilma Rousseff, também, testou os limites do poder. Deixando de cumprir acordos, não dialogando com as forças políticas e tampouco atendendo aos requerimentos e demandas do Legislativo. Encontraram uma justificativa, aceita pelo Tribunal de Contas da União e pelo Supremo Tribunal Federal, para o seu impeachment.

Jair Bolsonaro sacudiu o bote para ver se conseguia uma nova alvorada institucional. Tentou em 2021 e deixou tentarem em 2022. Atacou o Judiciário, foi controlado pelo Congresso. Não conseguiu a imposição pela imposição. Ficou pelo caminho e perdeu densidade política.

A história se repete como farsa, mas embute sérias lições. Em todos os casos mencionados existem lições que devem perdurar. Em todos os casos mencionados fica claro que o presidente pode muito, mas não pode tudo. E, em Brasília, o presidente da República pode ser cuspidado do poder, antes mesmo de perceber que está sendo mastigado.

“Claramente, as intenções do novo governo ainda não cabem no figurino institucional do Brasil”

Observando os casos da história política, todos os presidentes mencionados tentaram testar os limites das fronteiras institucionais e foram derrotados. João Goulart foi mais longe e — em sendo derrubado — propiciou o regime militar. O divórcio entre o Executivo e o Legislativo no governo Goulart foi aprofundado pelo desempenho trágico na economia.

Não há como fugir dos exemplos da história, ainda que a política seja movimento em múltiplas dimensões. A diferença, no caso brasileiro, é que o ambiente institucional segue crescentemente complexo e fragmentando. Assim, o voluntarismo presidencial — mostrado por Quadros, Goulart, Collor e Dilma — tem cada vez menos espaço.

O voluntarismo de Bolsonaro, por exemplo, esbarrou na incapacidade de se promover uma ruptura institucional por falta de apoio na sociedade, na imprensa, nos agentes econômicos e mesmo nas Forças Armadas. Ficou no campo da utopia desconectada do mundo real.

Lula começa o seu governo com narrativas voluntaristas. Seu entorno, dividido entre pragmáticos e dogmáticos, reage de forma diferente. Uns vibram com a agenda de transformação. Outros se preocupam com os limites do consenso.

Claramente, as intenções do novo governo ainda não cabem no figurino institucional do Brasil. As roupas do novo governo estão apertadas. Para dar certo, deve existir um regime de intenções, adequá-las ao horizonte próximo e construir o consenso para realizá-las.

No final das contas, os limites do poder são dados pela capacidade de viabilidade da agenda do governo. A imposição de agendas é uma quase impossibilidade nos tempos atuais do Brasil. O sucesso do atual governo vai depender da capacidade de construir consensos.

Murillo de Aragão

Murillo de Aragão é advogado, jornalista, professor, cientista político e presidente da Arko Advice Pesquisas e sócio fundador da Advocacia Murillo de Aragão. É formado em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (UniCEUB), é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor em Sociologia (estudos latino-americanos) pelo Ceppac – Universidade de Brasília. Entre 1992 e 1997 foi pesquisador associado da Social Science Research Council (Nova York). Foi membro do “board” da International Federation of the Periodical Press (Londres) entre 1988 e 2002. Foi pesquisador da CAPES quando doutorando no CEPAC/UnB. É membro da Associação Brasileira de Ciência Política, da American Political Science Association, da International Political Science Association, da Ordem do Advogado do Brasil (Distrito Federal) e do IBRADE - Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (2007 - 2018). Como membro do Conselho, foi chefe de delegações do organismo na Rússia, BRICs e Comunidade Européia. Como palestrante e analista político, Murillo de Aragão proferiu mais de duas centenas de palestras, nos últimos 20 anos, em Nova York, Miami, Londres, Edimburgo, São Francisco, San Diego, Lisboa, Washington, Boston, Porto, Buenos Aires, Santiago, Lima, Guatemala City, Madrid, Estocolmo, Milão, Roma, Amsterdã, Oslo, Paris, entre outras, para investidores estrangeiros sobre os cenários políticos e conjunturais do Brasil. Aragão lecionou as matérias “Comportamento Político” e “Processo Político e Legislação” no Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. Foi professor visitante da Universidad Austral, Buenos Aires e consultor do Banco Mundial. É professor-adjunto da Columbia University (Nova York). Em 2017, foi convidado para ser professor-adjunto na Columbia University (Nova York) onde leciona a cadeira “Sistema Político Brasileiro”. É autor e coautor dos seguintes livros: Grupos de Pressão no Congresso Nacional (Maltese, 1992), ‘Reforma Política – O Debate Inadiável (Civilização Brasileira, 2014) e Parem as Maquinas (Sulina, 2017). É colunista de opinião da revista Isto É, e do jornal, O Estado de São Paulo.

[View all posts](#) 

Murillo de Aragão

Murillo de Aragão é advogado, jornalista, professor, cientista político e presidente da Arko Advice Pesquisas e sócio fundador da Advocacia Murillo de Aragão. É formado em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (UniCEUB), é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor em Sociologia (estudos latino-americanos) pelo Ceppac – Universidade de Brasília. Entre 1992 e 1997 foi pesquisador associado da Social Science Research Council (Nova York). Foi membro do “board” da International Federation of the Periodical Press (Londres) entre 1988 e 2002. Foi pesquisador da CAPES quando doutorando no CEPAC/UnB. É membro da Associação Brasileira de Ciência Política, da American Political Science Association, da Internacional Political Science Association, da Ordem do Advogado do Brasil (Distrito Federal) e do IBRADE - Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (2007 - 2018). Como membro do Conselho, foi chefe de delegações do organismo na Rússia, BRICs e Comunidade Européia. Como palestrante e analista político, Murillo de Aragão proferiu mais de duas centenas de palestras, nos últimos 20 anos, em Nova York, Miami, Londres, Edimburgo, São Francisco, San Diego, Lisboa, Washington, Boston, Porto, Buenos Aires, Santiago, Lima, Guatemala City, Madrid, Estocolmo, Milão, Roma, Amsterdã, Oslo, Paris, entre outras, para investidores estrangeiros sobre os cenários políticos e conjunturais do Brasil. Aragão lecionou as matérias “Comportamento Político” e “Processo Político e Legislação” no Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. Foi professor visitante da Universidad Austral, Buenos Aires e consultor do Banco Mundial. É professor-adjunto da Columbia University (Nova York). Em 2017, foi convidado para ser professor-adjunto na Columbia University (Nova York) onde leciona a cadeira “Sistema Político Brasileiro”. É autor e autor de seguintes livros: Grupos de Pressão no Congresso Nacional (Maltese, 1992), ‘Reforma Política – O Debate Inadiável (Civilização Brasileira, 2014) e Parem as Maquinas (Sulina, 2017). É colunista de opinião da revista Isto É, e do jornal, O Estado de São Paulo.

